

GEOGRAFIA, TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL

IDENTIDADES, USOS E IDEOLOGIAS

**MARIA TEREZA DUARTE PAES
MARCELO ANTONIO SOTRATTI**
ORGANIZADORES

**I
U**
EMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS


ANNA BLUME

PATRIMÔNIO NATURAL MONUMENTAL E COMUNITÁRIO E A RELAÇÃO COM O TURISMO EM SILVES, AMAZONAS, BRASIL

DOI https://doi.org/10.14195/978-989-26-1475-5_11

DAVIS GRUBER SANSOLO

A compreensão das relações entre o mundo natural e o mundo social, tem sido um dos grandes desafios filosóficos e epistemológicos da atualidade. Boaventura de Souza Santos (2016) enfrenta a supremacia e os limites da ciência moderna sobre outras formas de conhecimento destacando a importância dos saberes das comunidades tradicionais. O autor sugere o diálogo entre a racionalidade científica e o conhecimento tradicional propondo o conceito de ecologia de conhecimentos (2004), sob outra perspectiva, mas de forma convergente, Ostrom (2011), deixou uma importante obra que demonstra a importância do conhecimento dos comuns para gestão e conservação dos recursos naturais. Lacey (2012) argumenta que ambas as formas de conhecimento, científico e dos comuns, não são incompatíveis e que somente um estudo caso à caso, pode referendar uma ou outra forma de conhecimento, sobre uma dada realidade.

Neste artigo coloca-se em perspectiva a patrimonialização comunitária da natureza (SCIFONI,2006) e a relação com o turismo. Segundo Almiron (et all, 2006), essa relação se dá pela valorização, seleção e ativação de elementos culturais e naturais que expressam uma determinada identidade. Especificamente relações estabelecidas no município de Silves, no estado do Amazonas, onde nasceu uma, das primeiras iniciativas de turismo de base comunitária no Brasil (Sansolo,2003) e onde a natureza, sobretudo, rios e lagos e sua biodiversidade se tornaram um patrimônio comunitário da população ribeirinha dessa região.

A natureza considerada com um patrimônio humano é tratada por Scifone (2006), sob duas perspectivas: a natureza monumental, cuja tutela institucional no Brasil, se dá dentre outras formas, pela criação de áreas protegidas. E a natureza como patrimônio comunitário, constituído no lugar como espaço vivido, como parte do que Zaoual (2006) define como sítio simbólico de pertencimento.

Em Silves, no Estado do Amazonas, o Lago Purema, localizado no baixo Rio Urubu, foi durante muitos anos um símbolo da história de luta da conservação promovida pela Associação de Silves de Preservação Ambiental e Cultural (ASPAC) (SANTOS PINTO, 2004).

A luta histórica da ASPAC, se deu pela defesa do estoque de peixes, contra a pesca comercial ocorrida no início da década de 1980. Após conflitos com barcos provenientes de Belém, as comunidades ribeirinhas da região do Rio Urubu e do Lago Canaçari promoveram um ordenamento do uso dos rios e lagos, criando um zoneamento com base no conhecimento tradicional em que estabeleceram categorias de manejo tais como: lagos e rios de preservação, lagos e rios de manejo e lagos e rios livres, portanto denotando a construção de um patrimônio natural comunitário, construído no escala definida como espaço vivido, do lugar, que para Moreira e Espanhol (2014 p.51) “significa viver de um modo pelo qual se está adaptado aos ritmos da natureza.”

Já em 2008 um novo processo de reordenamento foi promovido pelos acordos de pesca⁶⁹ realizados na região. Sob a influência externa, sobretudo com apoio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em diálogo com a ASPAC, e com base em pesquisa científica os lagos e rios foram recategorizados.

A reflexão a respeito da relação entre o lugar (CARLOS, 1996; SANTOS, 1996) e a teoria formulada por Zaoual (2006), do sítio simbólico de pertencimento, isto é, uma categoria geográfica e outra, antropológica, perpassam esse trabalho.

TURISMO E PATRIMÔNIO NATURAL COMUNITÁRIO

Como já dito, de acordo com Scifoni (2006) o patrimônio natural se apresenta de forma discursiva de duas maneiras: como monumental, onde a natureza se destaca pela sua grandiosidade, pelo seu caráter cênico. E o patrimônio natural construído no cotidiano, nas relações de diversos grupos sociais com o espaço vivido, nos lugares. Em suas palavras,

69. PORTARIA Nº 2, DE 28 DE JANEIRO DE 2008

“O patrimônio simboliza diferentes práticas sociais e memórias de diversos grupos nem sempre reconhecidos pela historiografia oficial. Do ponto de vista do patrimônio natural esse discurso evidencia outras naturezas, apropriadas socialmente e vividas intensamente: a natureza como parte da memória coletiva, das histórias de vida, e a natureza como componente das práticas socioespaciais” (2006).

As relações entre o turismo e o patrimônio natural comunitário nos leva a discussão sobre as relações cotidianas entre uma determinada população e seu lugar, onde a natureza constitui-se como patrimônio cultural, onde se forja o que o economista Hazan Zaoual chamou de sítio simbólico de pertencimento. No lugar é que a comunidade em seu dia a dia constrói uma síntese simbólica de valores indenitários, estabelecidos e acumulados entre gerações, gerando uma bagagem cultural, inclusive relacionada ao território. (TALAVERA, 1998). Valores que se inserem em um processo de construção simbólica de limites, os quais definem o sentido de comunidade simbólica (DELANTY, 2006). Limites que embora não se reduzam a um espaço material determinado, também o inclui como lugar.

Silva (1978), ao discutir a ontologia do lugar, refere-se à ontologia do espaço e, portanto, indica que olhar para o lugar é olhar o espaço sem fragmentar o mundo. Para Santos (1996) o lugar é condição e suporte das relações globais onde se manifesta a acessibilidade a bens e serviços, cuja lógica produtiva é ditada pelas firmas hegemônicas que atuam em outras escalas: a global e nacional. Carlos (2007) indica que o lugar visto de dentro possui história própria que se combina ao todo. História construída pela experiência vivida, pela a tríade habitante-identidade-lugar. O espaço vivido pelos indivíduos, o que a autora traduz como espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

Todavia esse lugar, o do espaço vivido, que sofre as determinações do todo, não é só vivido, e percebido exclusivamente pelo indivíduo, pelo eu. Mas, sobremaneira, por uma consciência coletiva de significados que unem que dão a noção de proximidade, da identidade do que Zaoual (2006) denomina de sítio. Um sítio simbólico, construído historicamente, sob as determinações globais, mas que no lugar assumem identidade própria, fundadas nas relações inter-humanas. O sítio não é a mesmo que lugar, mas por diversas vezes se fundem. O lugar é onde se da à materialidade espacial, na escala do indivíduo e das comunidades. O sítio simbólico de pertencimento não

está atrelado necessariamente a uma dimensão espacial, mas, sobretudo, de um significado simbólico reconhecido pelo indivíduo que pertence a uma comunidade.

Conforme o pensamento de Bartholo (2009),

“O lugar heideggeriano não se deixa reduzir a uma simples métrica topológica, uma vez que não se deixa nem caracterizar nem determinar pelos recursos do cálculo. O lugar heideggeriano encaminha ao encontro face a face no vigor da proximidade”.

Trata-se do lugar que rompe com as fronteiras da racionalidade do *homo-soeconimucus*. As relações vão muito além do que a lógica mercantil impõe. Trata-se do lugar de pertencimento, do sitio simbólico de pertencimento.

É o lugar da proximidade, do que Bartholo (2009) designa como o lugar do face a face, onde se estabelece a condição humana relacional, compreendida por meio da filosofia antropológica de Buber (1977) como a própria ontologia da humanidade.

A relação do sitio com o lugar geográfico, se dá por uma relação dialética, pois, embora não determinista, a materialidade do espaço/lugar, exerce influencia e, em muitas vezes, a constituição do sitio simbólico de pertencimento. Segundo Zaoual (op.cit) o sitio simbólico de pertencimento “trata-se de um patrimônio coletivo vivo que tira sua consistência do espaço vivido pelos atores”.

Para Carlos (1996) são os lugares que o homem habita, que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é, pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso. (CARLOS, op.cit).

Segundo Zaoual (op.cit), os sítios simbólicos de pertencimento são uma entidade imaterial e invisível e conforme o autor está impregnado nos comportamentos individuais, nas paisagens, na arquitetura, no saber fazer, nas técnicas, nos modos de coordenação e organização econômica. Consequentemente os sítios estão impregnados nos lugares. São conteúdo e forma ao mesmo tempo, embora carregados de subjetividade, refletem a objetividade híbrida do espaço total em contato com as especificidades locais.

O patrimônio natural comunitário, portanto, seria resultante de um processo das relações entre os homens e dos lugares e, portanto com a natureza de seus lugares. Da construção de significados dados a natureza na escala do lugar vivido, portanto uma construção cultural dada à natureza dos lugares.

Nessa perspectiva é que descrevemos o processo de construção e desconstrução das relações estabelecidas em Silves, no Estado do Amazonas. As relações que se constituíram entre as comunidades ribeirinhas, entre essas comunidades e a natureza do seu espaço vivido, entre essas comunidades e a cooperação internacional, o governo brasileiro, o município de Silves e o Estado do Amazonas.

Nessas relações à natureza foram dadas diversas significações, correlatas às origens interpretativas, e finalmente modificadas.

SILVES

O município de Silves encontra-se a cerca de 350 km distante de Manaus, em direção leste. Possuía em 2010 uma população de 8.444 habitantes ⁷⁰ sendo aproximadamente dividida em 50 % urbana e 50% rural.

Em sua história, um período que se destaca entre a década de 1980 e 1990 foi a relevante luta de sua população pela conservação do patrimônio natural do qual sua população depende para sua subsistência.

70. <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=130400&search=amazonas|silves>



Localização do Município de Silves. Fonte: IBGE (2014)

Para colocar em perspectiva a hipótese que levantamos inicialmente, cabe um resumo da história sobre o ordenamento e gestão do território até 2009, e em seguida, serão apresentadas as informações que foram levantadas junto aos associados da ASPAC em 2011⁷¹.

A origem da Associação de Silves para Proteção Ambiental e Cultural (ASPAC) tem raízes nos Movimentos Eclesiais de Base, da Igreja Católica, presentes na região desde a década de 1960 (Sansolo, 2003). Com apoio da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), promoveram a formação de lideranças políticas e a formação de comunidades ribeirinhas.

A decadência da economia da juta promoveu o desenvolvimento da pesca profissional no Amazonas (Fig. 1) e, conseqüentemente, gerou uma pressão exercida por pescadores profissionais sobre lagos e rios no Estado (Pereira, 2002). Em Silves essa pressão proveniente do Belém e de Itacoatiara, que explotaram a ictiofauna a níveis insuportáveis para a população local, desde o final da década de 1970, desencadeou um movimento de

71. Sobre a luta da ASPAC em Silves, no Estado do Amazonas, ver especialmente os artigos de Sansolo (2003), Pinto (2004) e Pereira (2010).

resistência, liderado pela ASPAC, fundada por representantes da pastoral da terra, tanto, brasileiros quanto estrangeiros de origem italiana, no final da década de 1980.

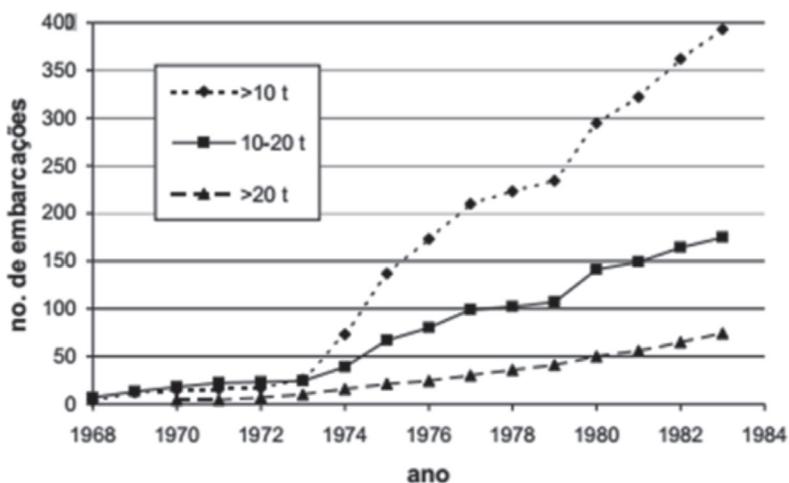


Figura 1. Evolução da Frota Pesqueira no Estado do Amazonas (Falbella, 1994 apud Pereira, 2002).

Essa resistência se deu por meio da mobilização das comunidades ribeirinhas para que impedissem que os barcos comerciais pescassem nas águas dos lagos e rios de Silves.

Em 1993, de, pois de ampla mobilização promovida pela ASPAC, junto às comunidades do Rio Urubu e do Lago Canaçari, (Fig. 3) foi promulgada a lei municipal de no. 103, que dispunha sobre três tipos de áreas a ser realizado o manejo dos lagos: (i) Lagos Santuários, onde ficaria expressamente proibida a caça e a pesca de qualquer espécie; (ii) Lagos de Manutenção, onde seria permitida a pesca artesanal e de subsistência; (iii) Áreas de Exploração Pesqueira, onde a pesca comercial é permitida (Pereira, 2010).

Segundo relato de um dos fundadores da ASPAC, os critérios que foram usados para definição de onde seriam aplicadas essas normas foram baseados no conhecimento tradicional sobre o território usado para pesca de subsistência.

Dentre os lagos considerados com santuários, um deles era o Lago Purema, pois segundo os moradores, era conhecido como um lago onde os peixes

se reproduzem e se alimentam e que durante as cheias, se deslocam para outras áreas.

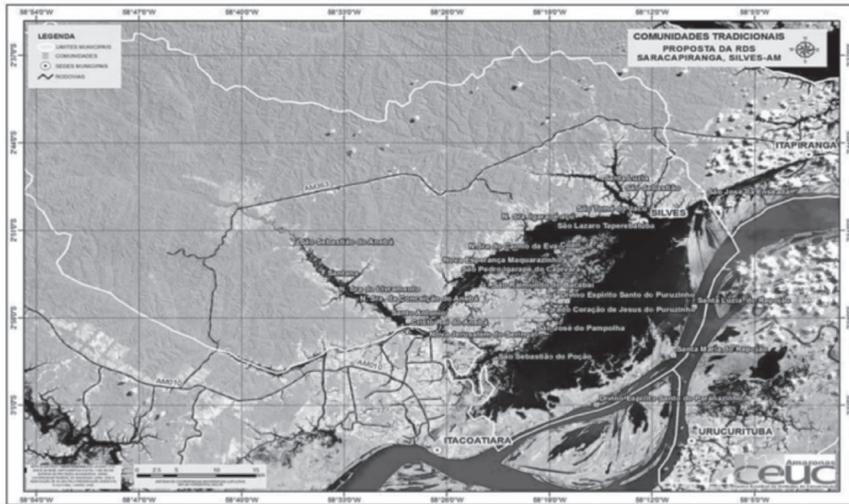


Figura 2 - Mapa da localização das Comunidades de Silves Fonte: CEUC, 2009

Em 2008 após um longo processo de discussões estimuladas pelo IBAMA, pelo próprio ICEI e pela ASPAC sobre a pertinência de um acordo de pesca junto às comunidades de Silves, Itapiranga e Itaquatiara, foi assinado um acordo de pesca (IBAMA, 2008). Conforme o acordo de pesca os lagos e rios da região foram zoneados segundo as seguintes categorias de manejo:

- I - Áreas de Manutenção: destinadas à subsistência das famílias, com a venda do excedente dentro das próprias comunidades;
- II - Áreas de Uso: destinadas à pesca de subsistência, comercial e esportiva;
- III - Áreas de Preservação (procriação ou santuários): destinadas unicamente à reprodução das espécies, onde a pesca fica proibida por tempo indeterminado; e,
- IV - Áreas de Manejo: lagos conservados, não sendo permitida a pesca comercial e de subsistência, onde a despesca é autorizada pelo Ibama após a aprovação do plano de manejo.

Destaca-se nesse trabalho o caso do Lago Purema, localizado no baixo Rio Urubu, símbolo da luta histórica da ASCPAC pela conservação da pesca,

considerado pelos próprios associados da ASPAC como santuário natural (o que daria certa conotação monumento natural comunitário). Local onde a ASPAC investiu recursos de projetos, envolveu famílias, destinou uma casa flutuante para fiscalização e visita de turistas.

Muitas foram às madrugadas onde os associados da ASPAC, sabendo de alguma invasão do Lago por parte de pescadores, saíram de suas casas na Ilha de Silves, e de barco se aproximavam dos invasores sorrateiramente e abordavam de forma pacífica para retirar de forma diplomática os pescadores da área protegida.

As visitas de turistas eram feitas, sobretudo, como forma de levar ao visitante o resultado de uma luta histórica de conservação comunitária da natureza.

No ano 2009 após os laudos quantitativos sobre a quantidade de Pirarucus (*Arapaima gigas*) existentes no Lago Purema, como base no novo zoneamento estabelecido no acordo de pesca, foi autorizado à despesca dessa espécie em um percentual que em tese não afetaria a dinâmica ecológica do lago em nem prejudicaria a espécie.

Os membros associados da ASPAC, coordenados por suas lideranças, com apoio de moradores de algumas comunidades próximas ao lago, capturaram alguns indivíduos de grande porte de Pirarucus. Distribuíram parte da despesca para moradores de comunidades ribeirinhas e parte foi vendida na feira pública de Silves.

Esse fato desencadeou uma série de críticas à ASPAC, tanto por alguns de seus membros, quanto por moradores da área urbana de Silves. Segundo os relatos dos associados da ASPAC, não foi dada a devida transparência na distribuição do que foi apurado tanto em termos de recursos com a venda quanto em relação ao pescado distribuído.

Após a despesca os conflitos políticos em Silves se acirraram. Por um lado, o então prefeito da cidade, que fazia oposição à ASPAC, se articulou com a Associação de Pescadores, uma vez que os mesmos, a muito desejavam poder pescar no Lago Purema, conhecido por sua riqueza de estoque pesqueiro. Contudo eram impedidos tanto pela legislação municipal vigente, quanto pelo zelo que a ASPAC tinha com o Lago Purema, que inclusive era apresentado com frequência aos turistas que se hospedavam na Pousada Aldeia dos Lagos, empreendimento comunitário, da ASPAC, então sob a gestão da COOPTUR.

COOPTUR

O turismo promovido pela ASPAC iniciou-se no início da década de 1990, quando conseguiram um recurso do WWF da Áustria, com apoio de membros da Igreja Católica, fundadores da ASPAC. Com o recurso construíram uma pousada, a Aldeia dos Lagos, cuja renda era revertida aos associados da ASPAC e parte para a conservação ambiental.

A Cooperativa de Turismo foi fundada em 2005, tendo como objetivo a gestão do turismo comunitário da ASPAC, tendo em vista que a legislação Brasileira não permitia que uma associação distribuísse lucros entre seus associados.

A dinâmica de funcionamento da Cooptur, relatada pelos associados da ASPAC sobre os problemas gerados relativos a sobreposição da gestão com o trabalho de liderança, foram gerados em função das escolhas e seleção de quem iria trabalhar nas ocasiões em que chegavam turistas. Muitas vezes o critério utilizado era o de proximidade do cooperado à liderança da ASPAC ou mesmo dos líderes da Cooperativa.

Esse tipo de procedimento acabou por distanciar muitos dos que já haviam trabalhado na cooperativa em diversos setores: cozinha, guias e mesmo na gestão da pousada.

Cabe ressaltar que um dos critérios para participar da cooperativa era ser associado da ASPAC. A partir de 2009 e principalmente em 2010, houve uma diminuição considerável da atividade turística promovida pela ASPAC e gerenciada pela Cooptur.

Metodologia

Em meio à crise, entrevistamos 10 associados remanescentes da ASPAC com intuito de averiguar se a hipótese que havíamos levantado no início de 2009, isto é, se a nova lógica, baseada em critérios científicos, e que se sobrepôs sobre a lógica comunitária de gestão do patrimônio natural, gerou uma crise nas duas instituições ASPAC e COOPTUR. Destarte seria a mudança do Lago Purema de uma categoria de preservação, definida pela lógica cabocla, ribeirinha, em um lago de manejo, definido pela lógica científica, o fator que desencadeou o processo de decadência da ASPAC e

consequentemente do turismo comunitário em Silves? Seria a mácula ao símbolo da luta pela conservação da natureza o fator que desencadeou a crise no interior da ASPAC e da Cooptur?

No Lago Purema as famílias associadas à ASPAC, se revezavam 24 horas por dia, 365 dias por ano, em um trabalho de fiscalização contra a invasão de pescadores. Um lago que recebia parte dos recursos, oriundos do turismo comunitário, bem como recursos de projetos como o PROVÀRZEA e Programa Demonstrativos (PDA) e do Projeto Canaçari do ICEL.

As entrevistas foram feitas individualmente, divididas em duas partes: a primeira com questões de identificação do entrevistado visando traçar um perfil que pudesse qualificar o entrevistado. Em seguida foram feitas perguntas sobre as relações entre o entrevistado e a ASPAC. Buscou-se conhecer o posicionamento do entrevistado sobre a ASPAC naquele momento. Em seguida questionou-se sobre a relação entre uma possível fragilização da ASPAC e a despesca no PUREMA.

A segunda parte da entrevista foi direcionada a compreender o significado da COOPTUR para seus associados. No total foram feitas 40 questões das quais selecionamos algumas para destacar as falas dos entrevistados nesse texto considerando os objetivos de análise.

Resultados e Discussões

Após tabulação fizemos a análise e interpretação dos conteúdos e chegamos aos seguintes resultados organizados em questões sínteses:

1) A ASPAC estaria cumprindo seus objetivos sua missão? A resposta é negativa e pode ser exemplificada na fala de alguns entrevistados:

“Desde 2005 deixaram de mobilizar para desenvolver projetos com intenção de ajudar. Mas não houve resultados. Só discórdias”.

“Cumpriu até 2006 e 2007, de base comunitária e hoje só a preservação”.

“A ASPAC se dividiu em 2 grupos: o grupo de projeto (turismo e conservação e agro-ecologia) e outro grupo da ASPAC é a parte que ainda tem o sangue do projeto PDA (mais para o lado do turismo. Dividida em 2 grupos”.

As respostas expressam, em parte, a divisão em dois grupos da ASPAC: grupos que dependiam dos recursos advindos de duas fontes distintas, Projetos do PDA e Projeto Canaçari vinculado ao ICEI e que remuneravam os participantes desses projetos gerando discórdia interna e luta de poder.

2) Há transparência na administração da ASAPAC?

“Ausência de comunicação transparente e eficiente”

“Falta de transparência, de informação”.

A grande maioria dos entrevistados indicou que a comunicação interna e externa da ASPAC estava deficiente, causando uma série de conflitos devido à fragmentação de informações ou total ausência de informações entre os associados e entre a ASPAC e o público externo. Foi apontado que as lideranças já não veiculavam as informações entre os associados, como em outros tempos.

3) Manejo e despesa no PUREMA abalou a credibilidade da ASPAC?

“Não foi prestado conta de tudo. Aqui começou a desavença. As pessoas queriam saber onde foi gasto”.

“Não, a despesa em si, mas a falta de transparência. Pela falta de transparência a ASPAC foi profundo. Três ou 4 eram contra a despesa, prevendo a falta de transparência”

“A transparência. Foi prometido transparência, prestação de conta. Pegaram 42 pirarucus. Doados 10 para Enseada. Pescadores, Comunidade e venda na cidade. Foi prometida uma reunião na escola para prestação de conta. Não foi feita a prestação de contas. Foi o maior erro”.

As respostas indicaram que na opinião dos associados entrevistados, não foi à despesa no Purema a responsável pela crise da ASPAC e da COOPTUR, mas a falta de transparência sobre a destinação do resultado da despesa do Pirarucu. Todavia, ao entrevistar um dos principais líderes da ASPAC, ele confirmou que embora tivesse participado como protagonista da despesa, que essa talvez tenha sido um erro de ter sido efetuada no Purema.

4- Desejo de Fortalecimento da ASPAC por parte dos associados

“Indescritível o que sinto por isso aqui, já fui já voltei, é forte dentro de mim, a ASPAC é minha segunda esposa, to sempre falando nela. Se eu pudesse doar mais de mim eu faria”

“Meu sentimento é ... Tudo essa que abriu as portas para conhecer muitas coisas, como trabalhar com turismo, trabalhar com ribeirinhos com comunidades, os cursos... Eu gosto de trabalhar aqui”

“Sofrimento e paixão”

“Foi um aporta para minha vida. Meu primeiro emprego. Me ajudou bastante. Uma coisa que eu tenho que vou levar pro resto de minha vida”.

“Sentimento muito forte. O resto de grau de escolaridade e conhecimento foi a ASPAC que deu o benefício. Relacionado a preservação da natureza. Pescava, caçava, hoje tenho mais consciência”

“Tristeza pela situação; teve mudança na minha vida, valorizando a conservação, pela experiência que vivencie. Tristeza de ver as coisas se acabando. Tenho como objetivo levantar novamente a ASPAC. Venho incentivando outros colegas a reativar. A ASPAC já teve 72 sócios e hoje tem 30, mas só 15 são ativos”

As respostas indicam um grande vínculo entre os associados e a ASPAC. As histórias de vida, foram intensamente relacionadas à história e a missão da ASPAC, isto é, de mobilização das comunidades ribeirinhas, de luta pela conservação ambiental e, portanto, a ASPAC representa o interesse comum, o ponto de convergência de interesses e de vínculos relacionados à natureza e que portanto, foi fundamental no processo de construção de um patrimônio natural comunitário.

As questões relativas à COOPTUR, foram desenvolvidas com intuito de revelar o significado da cooperativa de turismo para seus associados.

Na época dentre os entrevistados, 9 eram cooperados e um afastado da cooperativa. Além disso, segundo eles, 5 possuíam cotas de participação na cooperativa e 5 não possuíam. Denotando certa fragilidade institucional

Ao se perguntar o que seria uma Cooperativa foi respondido:

“É um modo de as pessoas se reúnem para trabalhar agente vem pra cá para trabalhar traz nossa comida, traz café pra trabalhar”

“Pra mim uma cooperativa é um grupo de trabalho de pessoas para desenvolver trabalhos. Trabalho social e cultural”

“Pessoas que se reúnem no dia a dia para levar uma associação, um objetivo. Cooperar, todo mundo dá um pouco de si para que a coisa aconteça. São cooperados por estar ali. Estão por gerar renda”

“Uma empresa com fins lucrativos que trabalha em pró de seus cooperados. Visa o lucro do trabalho para as pessoas e que seja autossustentada”

“É trabalhar em conjunto”

“Mecanismo em que todos sócios são donos, trabalham com objetivo de arrecadar recursos para que se mantenham, mas nunca aconteceu. Conjunto de pessoas com mesmo objetivo de lucros e perdas”

“Feito por cooperados onde todos buscam melhorias e benefícios iguais, com mesmos direitos”

“Um trabalho, uma cooperação, interagir com as outras pessoas. Rendável, quanto não, um ajudando ao outro”

“Foram cooperados. Não tem um padrão. É feita para gerenciar o que é da ASPAC. Zelar pelo patrimônio da ASPAC. Ela tem que prestar conta do patrimônio da Associação, com uma boa coordenação. Ser legal”.

As respostas evidenciaram que embora não houvesse clareza sobre o que seria uma cooperativa formal, ficou claro que para os associados era um meio de viabilizar o trabalho da Associação com o turismo. A falta de compreensão sobre o caráter formal de uma cooperativa, também pode indicar um dos motivos da fragilidade na gestão do empreendimento turístico. A falta de transparência e de informações claras forma relatadas também nas atividades da COOPTUR.

Ao perguntar sobre a diferença entre a ASPAC e a COOPTUR, buscou-se compreender a distinção entre uma organização que foi responsável pela patrimonialização da natureza por meio de uma luta comunitária, com a instituição, oriunda da primeira, foi criada para gerar renda a partir do próprio patrimônio comunitário. As respostas foram as seguintes:

“A COOPTUR é a cooperativa de comercialização e a ASPAC é sem fins lucrativos”

“Não tem diferença os mesmo da ASPAC são só mesmos os da COOPTUR então não tem diferença”

“A COPTUR é a cooperativa de comercialização e a ASPAC é sem fins lucrativos. Nenhuma. Uma das ideias era acabar com a COOPTUR e ficar só com a ASPAC”

“A ASPAC não dá trabalho para as pessoas, a COOPTUR foi criada para isso. As duas se encaixam. A ASPAC cuida do meio ambiente e a COOPTUR desse lado. Pelo menos deveria. Apresenta para os hóspedes”

“A ASPAC é a chefe a cooperativa é a filha o filho”

“A cooperativa tenta cuidar da pousada, a ASPAC, está ligada a conservação, a produção. As duas tem problemas com sócios e falta de lideranças. Falta esclarecimento do que é ASPAC e COOPTUR”

“O trabalho da COOPTUR é receber pessoas e da ASPAC é de conservação de rio e terra firme”

“Falta entendimento entre as duas administrações, falta diálogo”

As práticas cotidianas e as respostas sobre a Cooperativa demonstraram que para os associados não havia uma fronteira nítida entre a ASPAC, e a Cooperativa. Portanto, havia uma interferência das atividades da ASPAC nas atividades da Cooperativa o que também contribuiu para fragilização das duas instituições, segundo os próprios associados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica da natureza em Silves, é surpreendente para qualquer visitante externo. São duas estações do ano que se diferem: uma de cheia dos rios e lagos e outra de vazante. A paisagem muda, as referências espaciais se alteram.

A navegação no Lago Canaçari, pelo paranás, furos e igarapés depende sobretudo de uma percepção dos elementos água que muda de cor ao sabor dos ventos, da vegetação que floresce em determinadas épocas do ano, das ilhas flutuantes formadas por um emaranhado de raízes e folhas. Navegar de voadeira, de rabeta ou de batelões depende de anos de experiência e observação da dinâmica da natureza que se altera duas vezes ao ano diante dos olhos humanos.

A pesca noturna, ou diurna nos rios e lagos dependem de saber onde estão os peixes, os cardumes, as frutas que os peixes comem.

Tracajás, jacarés-açus, jacaretinga, ciganas, mergulhões, garças, pirarucu, pacu de leme, Matrinchã, tucunaré, tambaquis, jaraquis dentre outras espécies que habitam a região, são parte do cotidiano dos habitantes da região de Silves.

A ameaça a esse modo de vida, causada pela pesca profissional, provocou a união e uma luta pela conservação da natureza, produziu um modelo comunitário de gestão territorial, que se transformou em um sítio simbólico de pertencimento. Reconhecido e valorizado por turistas que além de trazerem renda, fortaleceram a identidade comunitária e a luta pela conservação do patrimônio natural comunitário.

Infelizmente, também no interior das comunidades tradicionais, as contradições decorrentes das relações estabelecidas entre as lideranças da ASPAC e da COOPTUR e seus parceiros externos, em meu entender levaram a fragilização do patrimônio ambiental comunitário em Silves.

Em Silves a patrimonialização da natureza se deu por um processo de lutas sociais locais apoiadas por parceiros externos, tanto governamentais quanto não governamentais.

A construção desse processo trouxe as contradições inerentes a lógica extra-comunitária, onde o individualismo, se sobrepôs aos interesses comuns. Encontrou na lógica científica um meio de legitimar a patrimonialização da natureza como recurso de troca. Dessa maneira a perspectiva comunitária se fragilizou e com isso o próprio conceito de turismo comunitário de Silves perdeu sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMIRON, A., BERTONCELLO, R., TRONCOSO, C. A. Turismo, Patrimonio y Territorio una discusión de sus relaciones a partir de casos de Argentina. *Estudios y Perspectivas em Turismo*, v. 15, p. 121:124, 2006

BARTHOLO, Roberto. “Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária”. In: BARTHOLO, R. SAN SOLO, D.G., BURSZTYN, I. (Org.) *Turismo de Base Comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro, Letra e Imagem, p. 45:54, 2009.

BUBER, M. *Eu e Tu*. São Paulo, Cortez e Moraes. 1977

- CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec: NUPAUB: USP. 2000.
- IBAMA. Portaria No 2 de 28 de janeiro de 2008. 2008.
- LACEY, Hugh. Pluralismo metodológico, incomensurabilidade e o status científico do conhecimento tradicional. *Scientiæ Zudia*, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 425-453. 2012.
- LEFEBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo Ática. 1991.
- MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. M. O lugar como uma construção social. *Revista Formação*, nº 14, volume 2, p. 48-60, 2014.
- OSTROM, E. *Governing Commons. The evolution of institutions for collective action*. Cambridge UK, Cambridge University Press. 2011.
- PEREIRA, H C. *Reserva de Desenvolvimento Sustentável Saracá Piranga: Reflexões Sobre Metodologias Participantes Como Princípios de Governança Democrática na Criação de Unidades de Conservação no Amazonas*. Dissertação. Manaus, UFAM, 2010.
- PEREIRA, H. S. Conflitos socioambientais e a emergência de regimes de propriedade coletiva na pesca ribeirinha no Estado do Amazonas. Caxambu, Anais, ANPOCS, 2002.
- PINTO, V. P. S. *Alternativas de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira: A Gestão Ribeirinha em Silves (AM)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, CCMN, Instituto de Geociências. Programa de Pós Graduação em Geografia, UFRJ, 2004.
- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.
- _____. O lugar: encontrando o futuro. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, v. 4, No. 1, 1996.
- SANSOLO, Davis Gruber. *Turismo e Sustentabilidade na Amazônia: um novo conteúdo territorial e a experiência em Silves*. El Sauzal, Tenerife-Espanha, v. 1, n.1, p. 39-50, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 2016. O Fórum Social Mundial: Manual de Uso. Madison, Dez 2004. Disponível em:< <http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/fsm.pdf>>. Acesso em 01 de agosto de 2016, 2016.

SCIFONE, S. A. *Construção do patrimônio natural*. São Paulo. Tese de Doutorado. FFLCH, Universidade de São Paulo, 2006.

SIMÕES, Eliane & FERREIRA, Lúcia da Costa. Gestão Compartilhada entre Caiçaras, Quilombolas e Técnicos no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (NP/PESM) ”. Anais. Brasília, IV ENANPPAS - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 2008.

TALAVERA, Augustin Santana. *Patrimonio cultural y turismo: reflexiones y dudas de un anfitrión*. Revista Ciencia y Mar, No. 6: p. 37-41, 1998.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar a perspectiva da experiência*. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL,1983.

ZAOUAL, Hassan. *Nova Economia das Iniciativas. Locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A; COPPE/UFRJ, 2006.